

STJ00106023

Coordenador

Sergio Torres Teixeira

Luiz Cláudio Cardona

Organizadores

Cecília Lou

Igor Lemos

Luiz Cláudio Cardona

Maíla Nobre Vilela Fortes

# ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

## **SOBRE O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015**

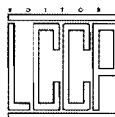
Volume V

Cecília Lou    Melissa Lucena



Fredenco Augusto Leopoldino Koehler	Paulo Santana
Gregory Victor Pinto de Farias	Rafael Rocha
Kaline Epaminondas Rizzo	Rafael Targino Falcão Farias
Luiz Cláudio Cardona	Renata Arcoverde
Luiz Otávio Emerenciano	Romero Solano de Oliveira Magalhães
Maíla Nobre Vilela Fortes	Sergio Torres Teixeira
Maria Eduarda Portela	Victor Rizzo Carneiro da Cunha
Mariana Dardenne	Vitória Regina Mergulhão
Maurício Schibuola de Carvalho	

2018



# ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

**SOBRE O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015**  
Volume V

Conselho Editorial da Pós-Graduação em Direito Processual Civil  
Contemporâneo da Universidade Federal de Pernambuco

Alexandre Freire Pimentel  
Doutor em direito e professor da UFPE e da UNICAP

Bento Herculano Duarte Neto  
Doutor em direito e professor da UFRN

Delosmar Mendonça Júnior  
Doutor em direito e professor da UFPE

Francisco Ivo Dantas Cavalcanti  
Doutor em direito e professor da UFPE

Francisco Queiroz Cavalcanti  
Doutor em direito e professor da UFPE

Hugo Cavalcanti Melo Filho  
Doutor em ciência política e professor da UFPE

José Mário Wanderley Gomes Neto  
Doutor em ciência política e professor da UNICAP

Larissa Maria de Moraes Leal  
Doutora em direito e professora da UFPE

Leonardo Carneiro da Cunha  
Doutor em direito e professor da UFPE

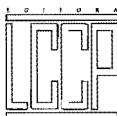
Liana Cristina da Costa Cirne Lins  
Doutora em direito e professora da UFPE

Marcelo Labanca Corrêa de Araujo  
Doutor em direito e professor da UNICAP

Gustavo Ferreira Santos  
Doutor em direito e professor da UFPE e da UNICAP

Rodolfo Pamplona Filho  
Doutor em direito e professor da UFBA

Sergio Torres Teixeira  
Doutor em direito e professor da UFPE e da UNICAP



Editora LCCP

Rua Carneiro Vilela, 620 - 3º Andar, Afritos

RECIFE, PE – CEP: 52050-030

lccp.editora@gmail.com



Editora Autografia Edição e  
Comunicação Ltda.

Rua Buenos Aires, 168 – 4º andar, Centro

RIO DE JANEIRO, RJ – CEP: 20070-022

www.autografia.com.br



Programa de Pós-Graduação em Direito

Universidade Federal de Pernambuco

Rua do Hospício, 371 - Bloco: C - 2º andar

- Boa Visra - RECIFE, PE – CEP: 50060-080

www.ufpe.br/ppg

1132638

O CONTEÚDO DOS ARTIGOS É DE RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82

Estudos contemporâneos sobre o Código de Processo Civil de 2015, Volume V / Sergio Torres Teixeira; Luiz Cláudio Cardona (Coord.). - Recife: Editora LCCP, 2018.

320 p. – (Estudos Contemporâneos sobre o Código de Processo Civil de 2015 ; 5)

ISBN: 978-85-54191-00-9

1. Processo civil. 2. Direito processual. 3. Autocontrole. I. Teixeira, Sergio Torres (coord.). II. Luiz Cláudio Cardona (coord. e org.). III. Cecilia Lou (org.). IV. Maila Nobre Vilela Fortes. V. Igor Lemos (org.). VI. Série.

CDU: 347.9

# SUMÁRIO

SUMÁRIO GERAL	
AGRADECIMENTOS	I
PREFÁCIO	V
SUMÁRIO	VII
OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS NA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA: REVISITAÇÃO DE ALGUMAS QUESTÕES QUE ENVOLVEM O TEMA À LUZ DO CPC DE 2015	11
Cecília Lou	
GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO: CONFORME DIREITOS RECONHECIDOS E TUTELADOS NO TEXTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	31
Edna Maria da Silva	
CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMICIDADE PROCESSUAL À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	39
Fernanda Maria Albuquerque	
O SISTEMA DE PRECEDENTES VINCULANTES E O INCREMENTO DA EFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: APLICAR A RATIO DECIDENDI SEM REDISCUTI-LA	47
Frederico Augusto Leopoldino Koehler	
A PRESENÇA DA DEFENSORIA PÚBLICA NO PROCESSO CIVIL E O ESTABLISHMENT JURÍDICO TRACEJADO PELA BOA-FÉ: RESPONSABILIDADE POLÍTICA OU ATUAÇÃO ESTRATÉGICA? ENSAIO SOBRE A RATIO ÔNTICO-ONTOLÓGICA DE CARIZ CONSTITUCIONAL	59
Gregory Victor Pinto de Farias	
PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DAS DECISÕES DE MÉRITO: A FORMA VERSUS A INTENÇÃO	73
Kaline Epamonondas Rizzo	
A INVOCAÇÃO DO PRECEDENTE E SUA EFICÁCIA EM RELAÇÃO AO ART. 489, §1º, VI, CPC.	83
Luiz Cláudio Cardona	
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS: MEDIDAS EFETIVAS DE DEENCORAJAMENTO AO AJUIZAMENTO DE DEMANDAS TEMERÁRIAS	95
Luiz Otávio de Souza Jordão Emerenciano	

OS DIREITOS SOCIAIS PRESTACIONAIS: ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NAS POLÍTICAS SOCIAIS 111

Maíla Nobre Vilela Fortes

PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO: MUDANÇA DE PARADIGMA A PARTIR DO CPC/2015 129

Maria Eduarda Portela

MODELO COOPERATIVO DE PROCESSO 137

Mariana Dardenne

O TERMO A QUO DE CONTAGEM DO PRAZO DECADENCIAL DA AÇÃO RESCISÓRIA E SUA HARMONIZAÇÃO COM O VIGENTE SISTEMA PRINCIPOLÓGICO PROCESSUAL 147

Maurício Schibuola de Carvalho

O PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA DECISÃO DE MÉRITO COMO NORMA FUNDAMENTAL DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO 165

Melissa Lucena

INCISO IV DO ART. 139 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: SURGIMENTO DO INCISO E APLICAÇÃO EM ALGUNS CASOS CONCRETOS. 175

Nathally Brandão Lins

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL: INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA A PRESTAÇÃO DA EFETIVA TUTELA DE MÉRITO 187

Paulo Santana

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 ATRAVÉS DA INCORPORAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E NORMAS FUNDAMENTAIS E SEU IMPACTO PARA O NOVO MODELO PROCESSUAL 197

Paulo Roberto de Macêdo Brandão

O CRITÉRIO NORMATIVO DE DISTRIBUIÇÃO ALEATÓRIA COMO PRESSUPOSTO JURÍDICO-POSITIVO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A APLICABILIDADE DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO JUNTO AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 205

Rafael Rocha

O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO DE 2015 COMO GARANTIA À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO 225

Rafael Targino Falcão

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO PROCESSUAL E A NOVA FACE DO CONTRADITÓRIO NO CPC DE 2015 237

Renata Arcoverde

A CONSTITUCIONALIDADE DO INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA 245

Romero Solano de Oliveira Magalhães

O NOVO PROCESSO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: DO CPC DE 2015 À NOVA  
FÓRMULA DE HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL INSERIDO NA CLT 259

Sergio Torres Teixeira

O CPC/2015 E O ROMPIMENTO DO RIGOR DA DOCTRINA DE LIEBMAN SOB A  
PERSPECTIVA DA LEGITIMIDADE E DO INTERESSE DE AGIR 293

Victor Rizzo Carneiro da Cunha

PRINCÍPIO DA TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA: ANÁLISE CONTEMPORÂNEA DOS  
ELEMENTOS PARA SUA REAL EFETIVAÇÃO 301

Vitória Regina Mergulhão

ÍNDICE REMISSIVO

311